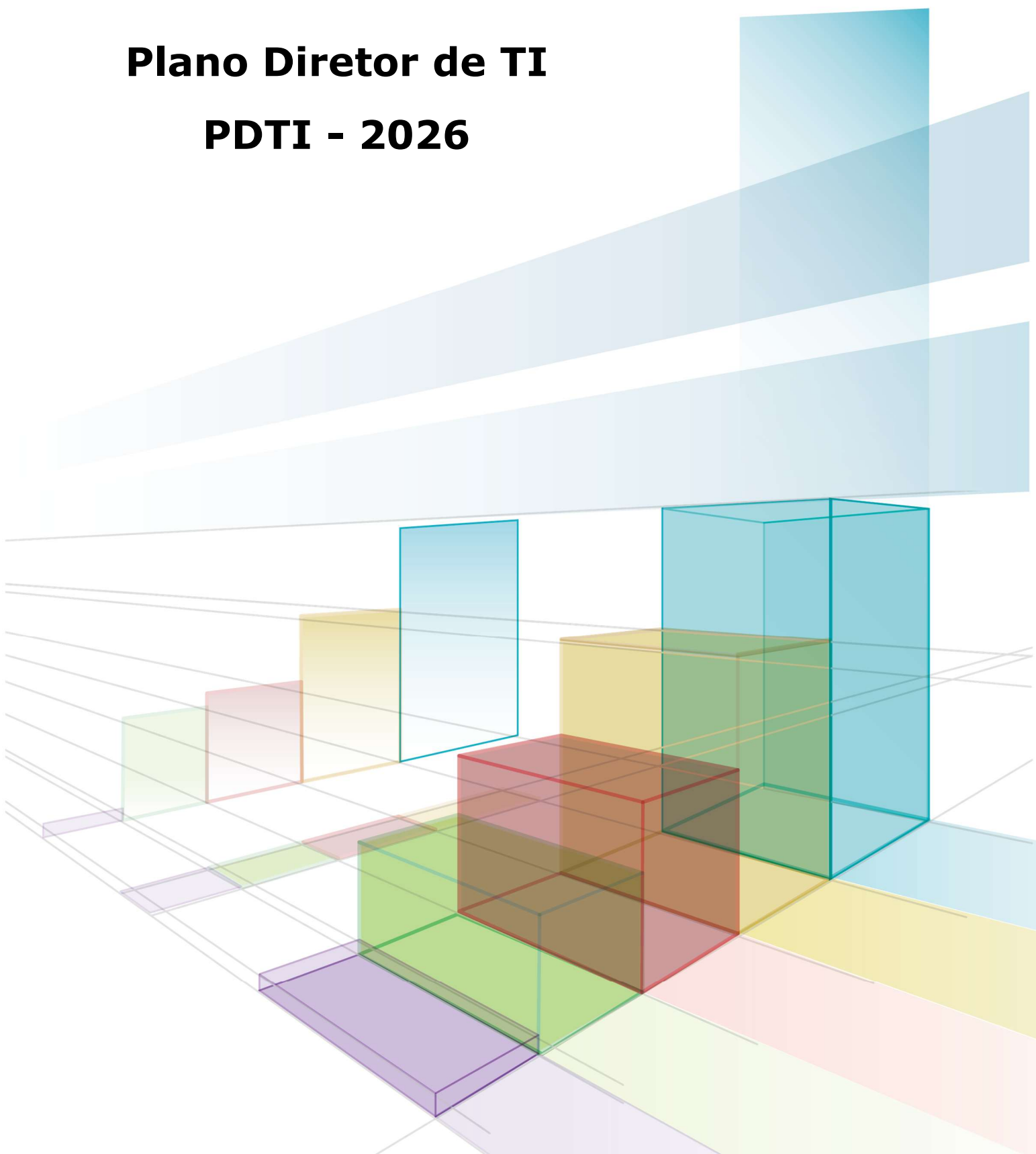




Gerência Geral de
Tecnologia da Informação

Plano Diretor de TI

PDTI - 2026



SECRETARIA DA FAZENDA

Secretário da Fazenda	Flávio Martins Sodré da Mota
Secretária Executiva de Gestão Fazendária	Cindy Ferreira Barbosa dos Santos
Secretário Executivo de Coordenação Institucional	Fábio Henrique Soares de Oliveira
Gerente Geral de Tecnologia da Informação	Danielle Campello de Melo Augusto
Superintendência de Governança Tecnológica e Infraestrutura	Carlos Henrique Romão Paiva
Gerência de Planejamento de Infraestrutura e Redes	Marcel Tachlitsky
Gerência de Suporte e Mudanças de Infraestrutura de TI	Rafael Rodrigo Vilaça de Moura
Gerência de Suporte Técnico Descentralizado	Josué Limeira da Silva Junior
Supervisão de Governança, Gestão e Modelagem de Dados	Patrícia Queiroga Cavalcanti
Superintendência de Desenvolvimento de Sistemas	Ana Carla Gonçalves Figliuolo
Gerência de Sistemas Fazendários	Cynthia de Oliveira Rocha Mayrinck
Gerência de Sistemas Corporativos	Ana Paula Silva dos Santos
Gerência de Arquitetura e Qualidade de Software	Luiz Fernando Velloso da Paz
Gerência de Governança e Estratégia de TI	Renata Elaine Mesel Kaufman
Supervisão de Fiscalização de Contratos, Serviços e Orçamentos de TI	Luis Cesar de Albuquerque Neto
Gerência de Informação de Negócios	Thales Siqueira de Oliveira

Colaboração: Janaína Roque Barradas de Freitas, Marivete Saraiva Correia, Pedro Paulo Silva Araújo, Vanessa Helena de Souza Silva.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	4
2.	ABORDAGEM	5
3.	ABRANGÊNCIA	5
4.	FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO DO PDTI.....	5
5.	PLANO ORÇAMENTÁRIO	6
6.	GESTÃO DE PROJETOS E INICIATIVAS	8
7.	MONITORAMENTO DA ESTRATÉGIA.....	10
8.	DIRETRIZES ESTRATÉGICAS 2026.....	11
9.	PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS.....	25
10.	DIMENSIONAMENTO DE PESSOAL DE TIC	26
11.	CONCLUSÃO	28

1. Introdução

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) 2026 da Gerência Geral de Tecnologia da Informação (GGTI) da Secretaria da Fazenda de Pernambuco (Sefaz-PE) constitui um instrumento tático de planejamento que orienta a execução das iniciativas de TI necessárias ao alcance dos Objetivos Estratégicos da Organização. Nele são formalizados os projetos, ações e prioridades que viabilizam o cumprimento das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico de TI (PETI), garantindo coerência entre as demandas institucionais e a capacidade de entrega da área de Tecnologia da Informação.

Segundo o Guia de PDTI do SISP (2015), o PDTI é um “instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação que visa atender às necessidades tecnológicas e de informação de um órgão ou entidade para um determinado período”. Dessa forma, o plano consolida o entendimento sobre necessidades, capacidades, restrições e oportunidades da TI, permitindo uma atuação estruturada, transparente e orientada a resultados.

Considerando que o Planejamento Tático-Operacional deve refletir os cenários e prioridades vigentes, o PDTI prevê revisões periódicas — preferencialmente anuais — que asseguram o alinhamento contínuo entre as ações de TI e os objetivos estratégicos da Sefaz-PE. Esse processo de atualização responde a mudanças de contexto, novas diretrizes institucionais, evolução das demandas das áreas de negócio e necessidades identificadas ao longo da execução das iniciativas, fortalecendo a governança e a efetividade das entregas de TI.

Para o ciclo de 2026, o PDTI foi estruturado considerando a continuidade dos objetivos estratégicos definidos no PETI vigente, a consolidação de mecanismos de governança e monitoramento e a necessidade de fortalecer a capacidade de entrega da GGTI diante de um cenário caracterizado por crescente demanda por automação, ampliação de serviços digitais e evolução dos sistemas fazendários. O período também marca o aprofundamento das práticas de gestão por resultados, incluindo a atualização das OKRs da área, bem como o reforço das iniciativas voltadas à modernização tecnológica, à segurança da informação e ao atendimento às necessidades das unidades de negócio da Sefaz-PE.

2. Abordagem

A área de Tecnologia da Informação adota dois instrumentos complementares de planejamento: o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). Embora relacionados, cada um possui propósitos diferentes dentro do processo de gestão e governança de TI.

O PETI tem natureza estratégica e contempla elementos estruturantes, tais como missão, visão, valores, análise SWOT, diretrizes e metas de longo prazo. Seu foco é estabelecer o direcionamento estratégico da TI, definindo o papel da área na organização e os resultados esperados para os próximos anos.

O PDTI, por sua vez, possui caráter tático-operacional. Ele consolida as demandas, iniciativas, projetos e ações necessárias para materializar os objetivos definidos no PETI, oferecendo visibilidade sobre as prioridades e sobre a capacidade de execução da TI para cada período. Dessa forma, o PDTI traduz o direcionamento estratégico em um conjunto organizado de entregas, permitindo o monitoramento contínuo do desempenho, o alinhamento com as necessidades institucionais e a gestão eficaz dos recursos de TI.

3. Abrangência

O PDTI abrange o período do ciclo 2026 e reflete o entendimento da GGTI de que, para contribuir diretamente com os resultados institucionais, seus colaboradores precisam ter uma visão sistêmica dos recursos e visibilidade dos projetos priorizados no período. Dessa forma, a área de TI passa a apoiar diretamente os resultados de cada área da organização, contribuindo para o incremento dos retornos do negócio como um todo.

Visando garantir transparência e amplo acesso à informação, o documento do PDTI é publicado no Portal do Conhecimento e disponibilizado publicamente na internet, na página oficial da SEFAZ/PE, por meio do link: <https://www.sefaz.pe.gov.br/Publicacoes/relatorios/Paginas/Relatorio-de-Gestao-GGTI.aspx>

4. Fatores Críticos de Sucesso do PDTI

Os fatores críticos de sucesso (FCS) representam os elementos fundamentais que, quando devidamente executados, possibilitam o alcance dos objetivos estabelecidos no PDTI. Para garantir a efetividade das metas definidas, esses fatores devem ser incorporados às rotinas e práticas diárias da área de TI.

Durante a construção do PDTI, foram identificadas diversas condições necessárias para sua execução adequada. Dentre essas, destacam-se os

fatores considerados essenciais para o sucesso do plano, apresentados no Quadro 1.



Quadro 1 – Fatores Críticos de Sucesso

5. Plano Orçamentário

O Plano Orçamentário compõe as definições financeiras de orçamentos do PDTI de 2026. O Orçamento de Tecnologia da Informação (TI) da SEFAZ-PE é realizado anualmente e está vinculado ao Plano Estratégico de TI, dimensionado de acordo com as necessidades de concepção, evolução e manutenção das atividades que sustentam as funcionalidades do negócio que utilizam TI como suporte.

Os recursos para as aquisições e contratações de TI são reservados no orçamento da SEFAZ-PE, que está vinculado ao Orçamento do Estado. Todo o processo de compra e de pagamento está suportado pelas legislações e limitações que envolvem estas operações no âmbito do setor público.

Análise do Orçamento de 2026

O quadro abaixo apresenta os valores percentuais do orçamento de TI pelo tipo de rubrica, agrupando os valores referentes a Aquisição e Custeio/Pessoal:

TESOURO E PROFISCO

Tipo de Rubrica	Percentual
Custeio	87,65%
Investimento	12,35%
Total*	100%

Classificação das Despesas de acordo com a classificação do Orçamento (em percentuais):

Classificação do Orçamento	Percentual
Prorrogação/Renovação de Serviços	18,73%
Aquisição de Bens/Serviços	1,68%
Contrato Desenv/Produção/Suporte/HelpDesk	79,59%
Total*	100%

PCA – 2026

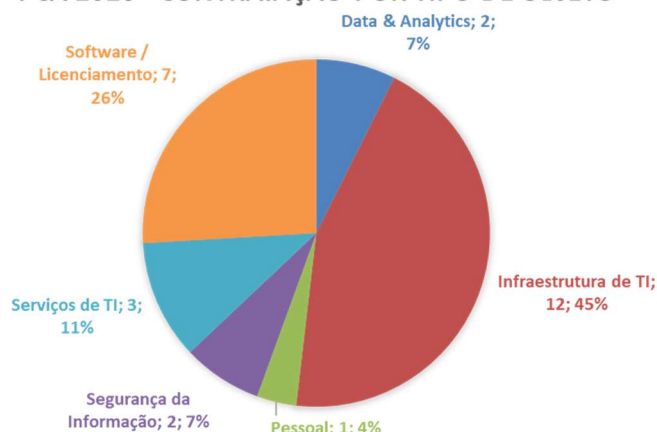
O Plano de Contratação Anual (PCA) é o instrumento de planejamento que consolida e organiza as necessidades de contratações de bens e serviços ao longo do exercício, em alinhamento aos objetivos estratégicos, às prioridades institucionais e à disponibilidade orçamentária.

No âmbito da Tecnologia da Informação da SEFAZ-PE, o PCA tem como objetivo planejar, priorizar e racionalizar as contratações de TI, assegurando que aquisições, serviços e soluções tecnológicas sejam realizadas de forma integrada, transparente e alinhada ao PDTI 2026.

A elaboração e execução do PCA contribuem para o fortalecimento da governança, a prevenção de contratações emergenciais, a melhoria da gestão dos recursos públicos e o atendimento às diretrizes legais e normativas aplicáveis à Administração Pública.

O gráfico e planilha detalhada a seguir permite uma visualização sintética do perfil das contratações, evidenciando a concentração dos investimentos entre bens, serviços e soluções de TI, bem como seu alinhamento às prioridades estabelecidas no PDTI 2026.

PCA 2026 - CONTRATAÇÃO POR TIPO DE OBJETO



Objeto	Tipo do objeto	Valor preliminar
Posto de Trabalho	Pessoal	R\$ 42.036.124,08
Licenças - Contingência	Software / Licenciamento	R\$ 12.442.857,00
Contingência - Open Shift	Infraestrutura de TI	R\$ 9.212.830,36
Contingência - Big Data	Data & Analytics	R\$ 3.149.124,14
Armazenamento Pure Storage	Infraestrutura de TI	R\$ 2.000.000,00
Assurance	Serviços de TI	R\$ 640.691,97
Licenças IBM	Software / Licenciamento	R\$ 486.752,50
Nobreaks - DataCenter	Infraestrutura de TI	R\$ 390.000,00
Suporte Unify	Serviços de TI	R\$ 364.611,34
BigData/Hadoop	Data & Analytics	R\$ 355.675,00
Instalação de Fibras nos prédios da SEFAZ (sede, San RAfael e Cabugá)	Infraestrutura de TI	R\$ 300.000,00
Servidores RISC	Infraestrutura de TI	R\$ 256.360,36
Tape Library - LTO8	Infraestrutura de TI	R\$ 241.550,00
Contratação de nuvem para IA dos serviços GOF e dúvidas tributárias	Serviços de TI	R\$ 240.000,00
HPE Synergy	Infraestrutura de TI	R\$ 228.063,04
Material - Sala Cofre	Infraestrutura de TI	R\$ 207.320,53
SIMBA	Software / Licenciamento	R\$ 202.835,50
Whatsapp - SERPRO	Software / Licenciamento	R\$ 136.998,13
Licenças - Adobe	Software / Licenciamento	R\$ 78.000,00
Solar Winds	Software / Licenciamento	R\$ 49.734,89
e-cpf	Segurança da Informação	R\$ 47.734,50
SSD - DOE	Infraestrutura de TI	R\$ 39.000,00
Certificado Digital	Segurança da Informação	R\$ 35.000,00
FIGMA	Software / Licenciamento	R\$ 35.000,00
Suprimentos para Informática (Câmeras e SSD)	Infraestrutura de TI	R\$ 30.000,00
Bateria Nobreak - DOE	Infraestrutura de TI	R\$ 25.600,00
Unidade de gravação de Backup	Infraestrutura de TI	R\$ 1.550,00

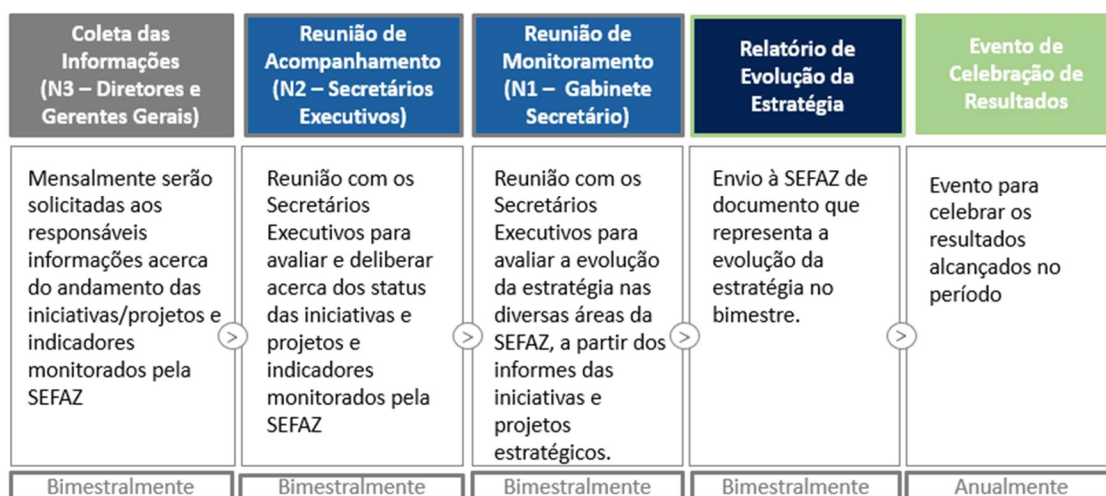
6. Gestão de Projetos e Iniciativas

A Gestão de Projetos compreende um conjunto de práticas, métodos e competências adotadas para planejar, executar, monitorar e controlar

projetos e iniciativas estratégicas, independentemente de sua natureza, escopo ou complexidade. Trata-se de um processo essencial para garantir que os objetivos organizacionais sejam alcançados com eficiência, transparência e alinhamento às diretrizes institucionais.

No âmbito da Sefaz-PE, o monitoramento de Iniciativas e Projetos segue uma estrutura definida que envolve processos, papéis e rotinas de acompanhamento, conforme apresentado a seguir.

Monitoramento Iniciativas e Projetos SEFAZ



A gestão de projetos na GGTI acontece da seguinte forma:

- Atualização mensal do responsável pelo projeto com relação ao status, prazos e ajustes no projeto através da ferramenta de gestão de projetos;
- Cobrança Mensal da área de governança quanto aos prazos das atividades e entregas esperadas para cada projeto;
- Reunião mensal de acompanhamento dos projetos: A área de governança conduz as reuniões com todos os responsáveis e cada responsável apresenta o *status* do andamento do seu projeto.

O monitoramento dos produtos em desenvolvimento na GGTI é realizado por meio de um fluxo estruturado, que envolve diferentes níveis de análise e gestão. Este processo inclui reuniões quinzenais conduzidas pela Gerência Geral de TI com a participação da Superintendência e Gerências de Sistemas

da SDSI, bem como os Consultores Técnicos (CT) e Scrum Masters (SM) de cada produto.

Além deste monitoramento interno, o modelo também inclui monitoramento bimestral com a Secretária Adjunta, os Executivos das áreas fim e demais responsáveis pelos produtos, culminando em deliberações trimestrais no Comitê de TI, onde são definidas prioridades e alinhamentos estratégicos junto à Sefaz-PE, conforme o quadro a seguir:

Monitoramento e Comitê de TI

Acompanhamento produto	Monitoramento GGTI			Monitoramento de TI	Comitê de TI
Acompanhamento da execução das atividades, conforme metodologia de desenvolvimento ágil. Equipe TI, Gestor e Responsável pelo produto são convocados	Atualização da Carteira dos produtos com as informações de execução do projeto	Acompanhamento da Carteira dos produtos, riscos e impedimentos com a participação da GGTI, Superintendente, Gerentes, Scrum e CT	GGEF terá acesso às informações para atualização do Monitoramento	Acompanhamento do andamento dos produtos com a Sec. Adjunta, Executivos, DSCT, SSCF e os Responsáveis pelo produto	Priorização, deliberação e alinhamento do andamento dos produtos, com a Estratégia SEFAZ.
Diariamente	Quinzenal		Bimestral	Trimestral	

7. Monitoramento da Estratégia

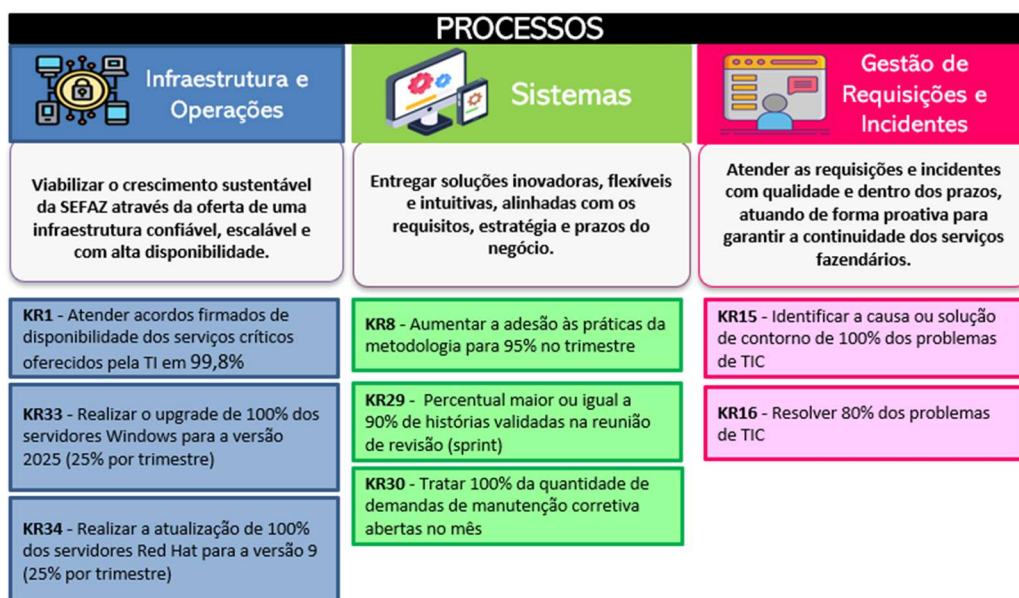
Para o monitoramento da estratégia, a GGTI adota a metodologia de OKR (Objectives and Key Results / Objetivos e Resultados-Chave), utilizada para acompanhar de forma sistemática o atingimento dos objetivos institucionais e dos resultados-chave definidos.

Para o ciclo de 2026, foi realizada uma revisão das OKRs vigentes com o objetivo de alinhá-las aos direcionamentos estratégicos definidos para o período. Como os objetivos do mapa estratégico de 2024-2027 foram mantidos, optou-se por dar continuidade às KRs já existentes no último ciclo, garantindo a evolução natural das iniciativas em andamento.

Durante o processo de revisão, foram incluídas duas novas KRs — KR33 e KR34 — ampliando o escopo de monitoramento para contemplar necessidades identificadas na evolução da área. Adicionalmente, a KR referente à Release 7 foi retirada, uma vez que o acompanhamento das entregas passou a ser realizado de forma contínua, sprint a sprint, já representado pela KR29, que consolida o monitoramento regular das entregas do time.

A figura abaixo apresenta a consolidação das KRs atualizadas para o ciclo de 2026.

OKR STI



8. Diretrizes Estratégicas 2026

As Diretrizes Estratégicas de TI da Sefaz-PE estabelecem os principais direcionamentos que orientarão a atuação da área de Tecnologia da Informação ao longo do ciclo de 2026, assegurando alinhamento direto com os objetivos de negócio da organização. Esses direcionamentos resultam de uma análise estruturada das necessidades do negócio, das capacidades internas e dos fatores externos que influenciam o ambiente institucional.

A partir da identificação das características essenciais para o sucesso das unidades de negócio e da avaliação dos elementos que impactam o desempenho organizacional, foram definidos os aspectos que representam o nível de sucesso esperado para a TI. Com base nessas informações, a GGTI estabeleceu suas prioridades de atuação e os resultados que devem ser alcançados para apoiar efetivamente a estratégia da Sefaz-PE.

Por se constituírem em orientações estratégicas, essas diretrizes permanecem válidas durante todo o período de planejamento. No entanto, seu acompanhamento e eventual revisão são realizados anualmente, considerando que tanto a formulação quanto a implementação da estratégia estão sujeitas a mudanças nos contextos interno e externo da organização.

Esse processo contínuo garante que a TI mantenha sua contribuição alinhada às necessidades institucionais e às transformações que impactam a Administração Tributária.

Projetos Estratégicos e Iniciativas da Sefaz

Os projetos e iniciativas estratégicos são fundamentais para o sucesso e crescimento sustentável de qualquer organização. Eles representam a visão e os objetivos a longo prazo, alinhando-se com a missão e valores da SEFAZ-PE. Abaixo, destacamos alguns dos principais projetos e iniciativas que estão impulsionando nossa organização:

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Projetos Estratégicos SEFAZ

Infraestrutura de TI Ampliada e Atualizada

Atualização da rede ethernet para o acesso cabeado nas unidades e nos datacenters da SEFAZ

Implantação de Site de contingência da Sefaz no data center da ATI

Viabilizar o Uso da IA na SEFAZ - PE

Piloto do uso de IA no desenvolvimento de soluções

MarIA

Fomentar a utilização das ferramentas de IA no cotidiano fazendário

Implementar a nova arquitetura de uso de IA

Segunda onda de adoção do ecossistema Microsoft 365

Iniciativas Estratégicas SEFAZ

Fortalecer o uso das ferramentas de análise de dados

Projetos e Iniciativas Estratégicos da GGTI

Esses projetos e iniciativas estratégicos da GGTI são fundamentais para a manutenção de um atendimento de qualidade, alinhado às metas e objetivos da organização.

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Projetos Estratégicos GGTI

Nova Arquitetura de Dados – Migração

Revisão da MDA

Iniciativas Estratégicas GGTI

Ajustar a planilha de orçamento para conter as informações anuais do impacto (aquisição, valor, ano encerramento, e ano início impacto)

Ajustar o checklist de contratação para aderir a parte de sustentabilidade

Aprimorar o processo de atendimentos das demandas da GEIN

Atualização de versão do SQL Server

Criar um documento "Política" com diretrizes e práticas de sustentabilidade

Criar pesquisa de a satisfação dos gestores, com relação as entregas de desenvolvimento

Definir os casos mais críticos e mapear as origens e destinos de manipulação dos arquivos

Incluir no projeto de Nuvem híbrida (nota técnica) a criação da política de uso de nuvem definindo os riscos e monitoramento do que está na nuvem

Incluir o PCA no PDTI - 2026

Inserir no capítulo do modelo de Gestão uma observação que é realizado anualmente a revisão do processo de Gestão de mudanças e ser cobrado por email para ter a evidência.

Prever, nos requisitos da contratação de serviços de IA e nas Diretrizes Técnicas, a entrega de documentação comprobatória do atendimento às exigências estabelecidas.

Realizar um plano simples de continuidade dos serviços (Os principais e que já tem contingência contemplados)

Entregas de Desenvolvimento priorizadas para outros órgãos ou secretarias

A centralização das demandas externas oriundas de outros órgãos e entidades públicas, como a ATI, SEPLAG, SCGE, PGE e TCE, é realizada por intermédio da Diretoria de Sistemas Corporativos Tributários – DSCT e a Superintendência de Sistemas Corporativos Financeiros – SSCF que são responsáveis pelo recebimento, consolidação e encaminhamento ao comitê de TI para priorização do desenvolvimento.

Diretriz Estratégica: Sustentabilidade Fiscal

Entregas de Evolução
Adequação das Provisões ao novo sistema da Folha de Pagamento - (SAD)
Adequações do FPI ao novo sistema da Folha com relação a estabelecimentos, categorias e verbas - (SAD)
Adequações no GTV para permitir gerar registro de prestação de contas no GPC - (SCGE)
Ajuste no efisco para permitir o remanejamento da receita negativa no teto - (SEPLAG)
Cadastro do Instrumento, Ingresso e Estorno de Recursos, Execução da Despesa e Extratos - (SCGE)
Criação da Modalidade de Licitação/Procedimento Auxiliar Credenciamento - (SAD)
Criação de funcionalidade para derrubada das emendas de veto - (SEPLAG)
Criação de um novo tipo de documento de contabilização (formulário) para FUNAPE - (SAD)
Emissão de Certidão de Regularidade Web – Prestação de Contas - (SCGE)
Emissão de Livros Orçamentários - PPA - LDO - PLOA – LOA- (SEPLAG)
Habilitação do pré-cadastro do fornecedor pela internet (Nova Integração) - (SAD)
Incluir opção de emendas de receitas - (SEPLAG)
Integração GBP X PE Integrado - Módulo de Contratos - (SAD)
Modernização do Processo de Integração com o PEI / WebService - (SAD)
Tratar Impacto no Orçamento de Investimentos - (SEPLAG)

Diretriz Estratégica: Receita Tributária

Entregas de Evolução
Adequação PERC, Implantação da Transação PGE, Integração com a ATTUS e Segunda fase Novo Recálculo - (PGE)

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Entregas de Evolução
Inclusão de Campos no Cadastro de Itens de Materiais e Serviços (Ofício SAD 380/2024) - (SAD)
Permitir opção "não se aplica" ao visto da Arpe em validação de proposta - (SCGE)
Tratamento dos contratos/CEOS com saldos a executar/liquidar com inconsistências (Atendimento ao dec 10.540/20 - contabilização dos contratos) - (SAD)

Diretriz Estratégica: Relacionamento com a sociedade

Entregas de Evolução
Adequação no registro de ingresso de recurso - (SCGE)
Dados obrigatórios de processo licitatório - (SCGE)
Exigir correspondente prestação financeira antes de nova prestação finalística e vice versa - (SCGE)
Processos de impugnação e recursos no GTV - (SCGE)
Registro de prestação de contas no GPC - Prioridade 01 - (SCGE)

Entregas de Desenvolvimento, automações e BI Priorizadas pelas Áreas Tributária (CAT), Financeira (CTE) e Meio (SCI)

As entregas abaixo foram selecionadas e priorizadas pelas áreas Tributária e Financeira e pela SCI da SEFAZ-PE, conforme as suas estratégias, e

encaminhadas para que sejam atendidas e desenvolvidas de acordo com a capacidade técnica da GGTI.

As demandas das áreas Tributária e Financeira são objeto de planejamento trimestral, quando as demandas priorizadas são encaminhadas à GGTI.

As solicitações de RPA - 2026 apresentadas abaixo entrarão na fila de priorização de acordo com o critério utilizado de pontuação e avaliação da gestão, podendo não ser iniciado no ano corrente conforme capacidade e/ou ao ser avaliada/refinada poder ser atendida por outra esteira de execução.

Entregas para Área Financeira (CTE):

Diretriz Estratégica: Sustentabilidade Fiscal

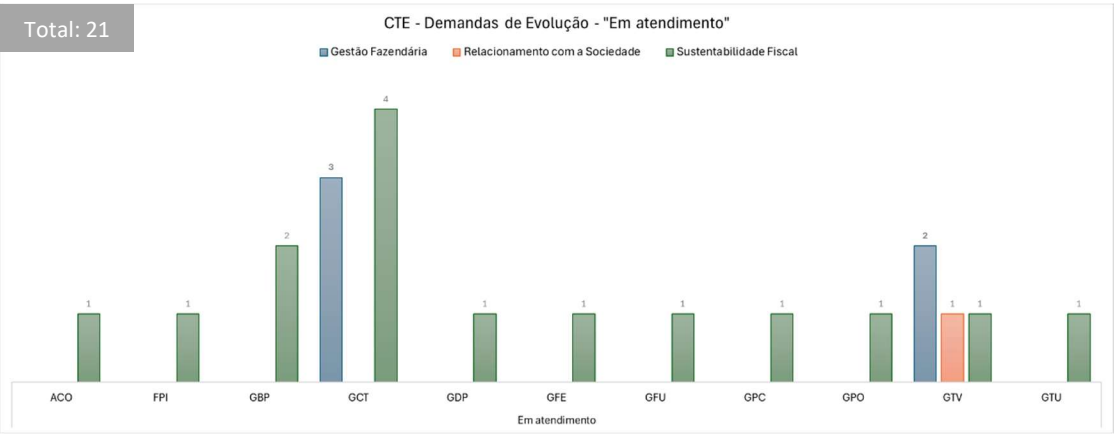
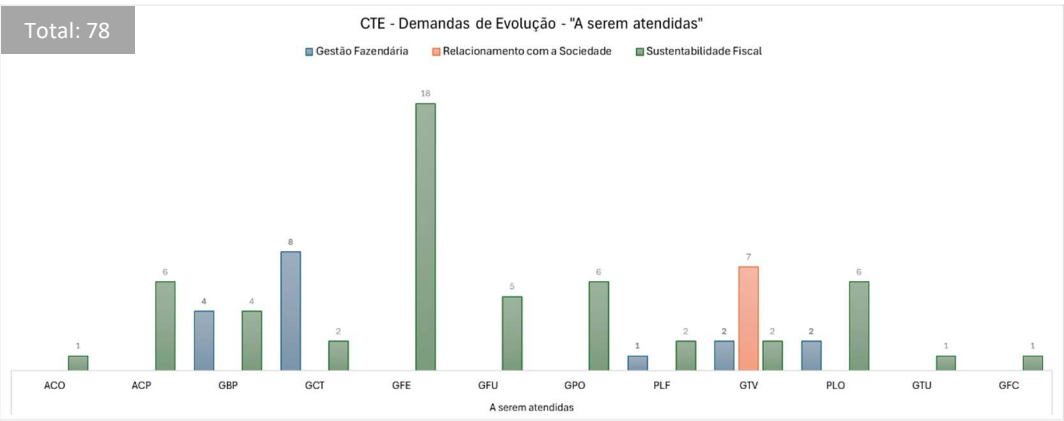
Entregas de Evolução
Adequação sistema ao novo CNPJ Alfanumérico
Ajuste mensal controle de caixa por fonte de recursos
Alteração do cadastro de ordenador para permitir sua exclusão, ou desativação, em conjunto com a
Alterar o cadastro de conta bancária de credor para padronizar a inclusão no Banco 237 que centraliza os
Automação do processo de Remessa Bancária – assinatura digital, integração com a CEF
Autorização de Pagamento Digital
Cálculo - Extratos, Acerto e Fechamento dos Cálculos
Emendas Parlamentares - parte 2
Fonte de Recursos Obrigatória no IR -Integração Fluxo de Caixa (GFC) com Contabilidade(GCT)
Geração automática PD Restituição de Tributos
Inclusão de novo filtro de subcontratados no demonstrativo de retenções
Integração do programar cotas por importação de arquivos com o Decreto de Programação Financeira
Melhoria dos Módulos (Cadastro, Cálculo e Relatórios)
Movimento arrecadação mensal por tributo, natureza e fonte
Novos Tipos de Despesa
Pagamento de Fornecedores - Bradesco - fase 2
Pagamento de Fornecedores Bradesco
Permitir a reinclusão de uma UG não vigente (não desativada) pelo processo de inclusão
Realizar Rateio das Disponibilidades de Fontes nas Contas de Caixa e Equivalentes
Reformulação do extrato do empenho - Seção de pagamentos
Script exclusão de contas bancárias

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Entregas de Evolução

- Alterar um filtro do avaliar diretoria e CPF
- Novos filtros no avaliar programação financeira (Diretoria)
- Relatório LRF: Despesas com pessoal consolidado
- Totalizador na tela do Avaliar Pauta Gerencial
- Tratamento de CNPJ alfanumérico

Demandas de Evolução:



Entregas – RPA:

Diretriz Estratégica: Sustentabilidade Fiscal

Entregas RPA - CTE

RPA - FIN - Automação na atualização dos índices financeiros no Efisco

Entregas – BI:

Diretriz Estratégica: Sustentabilidade Fiscal

Entregas CTE - Concepção

Checklist de Encerramento Mensal e Anual - Integridade de Saldos Contábeis - Em andamento

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Entregas CTE - Concepção

GEIN/CTE-IRRF Análise, Estruturação e Visualização de Dados do IRRF-PJ

Análise e ingestão de dados da SEFAZ no BigDataPE

Entregas CTE - Evolução

SGP - Dados da folha

Entregas para Área Tributária (CAT):

Diretriz Estratégica: Receita Tributária

Entregas de Concepção

Implantar a Nota Fiscal Eletrônica do Gás

Entregas de Evolução

Adaptar o sistema ao CNPJ alfanumérico
Adequação da consulta Valores de ICMS de Fronteira
Adequação do CMT para prever em suas regras a mudança da tabela de registro das informações de sublimite no GSN
Adequação na tela de Consulta de Extrato por Emitente Consumidor Final (B-Cadastro)
Ajustar o sistema para Transação Individual (Portaria 210/2025)
Ajustar sistema GAE nos campos novos do Layout FEBRABAN
Ajuste de Regra em "Devedores Contumazes" de ICMS Declarado e não Pago
Ajuste do Comunicado Receita Declarada Vencida
Ajuste na tela de consulta ao Cadastro de Propostas
Ajuste no relatório de acompanhamento de propostas
Ajustes no novo sistema de Auditoria, para recepção das informações da NFce (Nota Fiscal de Venda a Consumidor)
Alteração do job de Inaptdão
Alteração na consulta contribuintes aptos a serem Devedores Contumazes
Alteração na regra de Descredenciamento do Antecipado / Mudanças na legislação do Descredenciamento OUT/2023
Alterar Job do SAJ para desconsiderar controle de reenvio
Analisar performance da listagem de documentos
Analisar performance do job de consolidação de rejeição
Aprimoramento do sistema AFS Web com novos recursos de fiscalização (PROFISCO 2019)
Atualizar lista de CFOPs para o envio das notas fiscais de DEVOLUÇÃO
Atualizar Tarifas Bancárias e Tabelas de Forma de arrecadação/captura
Automatizar a desvinculação de NF associadas a um PAT com nulidade
Ciclo de Vida da NF-e
Colocar a URL de consulta do GAF em um parâmetro da aplicação
Colocar críticas na defesa/recurso quando houver inconsistências de valor na integração com o CAT
Comunicado COOPERA - Consolidado para Múltiplos Indicadores de Não Conformidade 2021-2025
Comunicado COOPERA - I2 - Débitos Irregulares
Comunicado COOPERA - I4 - Omissão de escrituração de entrada
Comunicado COOPERA - Inconsistências Cruzadas entre EFD, DIMP e Dfe
Comunicado Indicador 1: Omissão da EFD ou Multa/atraso 2021-2025
Corrigir ausência de vinculação de processos nas instâncias recursais
Corrigir mensagem na inclusão de contribuinte não cadastrado
Criação de nova consulta de Ações Fiscais Concluídas
Desburocratizar Integrações do CAT-e

Entregas de Evolução
Enviar registros de passagem recebidos da GCT que não são de interesse da SEFAZ-PE para a PRF
Envio da inscrição estadual de centralizada NÃO HABILITADO para o CCC
Erro AF de fiscalização sem Termo de Encerramento
Erro ao acessar à função de Envio de Dados da Distribuidora está gerando erro no Processador Ajax
Erro na apresentação da parcela inicial do parcelamento
Exibir novos campos do IBS no detalhamento conforme Portal Nacional
Flexibilizar acesso ao Extrato Consumidor Final através do e-CNPJ / B-Cadastro
ICMS zero em notas tributadas no polo têxtil - Erro
Impedimento do recolhimento do ICMS pelo Simples Nacional (sublimite)
Implantação da NT 2025.002 - Adequações da Reforma Tributária do Consumo
Implementação de Clonador de Parcelamento
Implementar o CNPJ Alfanumérico no Sistema
Inativar funções de RD e Parcelamento
Incluir colunas dos grupos de local de entrega e ICMS para UF destino
Incluir filtros na Tela de Consultar MDF-e e Documentos Associados
Incluir mensagem na emissão de DAE para processo com resultado IT e recurso de ofício ou do Procurador total
Incluir na tela de Enquadramento e Irregularidades do SN no CMT a opção "Excluir enquadramento"
Incluir opção "Direito a CFLA NORMAL com IPI integrando crédito" na tela de "Cadastro de Parametrizações de Mercadorias"
Inclusão de códigos em nova tabela de cProdANP sujeitos a tributação monofásica
Inclusão de Filtro na Função "Quantitativo de Demandas de Ação Fiscal por Equipe ou Auditor"
Inconsistência na aplicabilidade da regra do par perfeito ao considerar apenas o radical do CNPJ ao invés do CNPJ completo do destinatário
Inserção de novas funcionalidades para o Gestor Estadual no Módulo Administrativo da GNRE
Integração com o DETRAN e Módulos de Locadora, Liminar e Leilão para o Cálculo de IPVA
Integração com o GAF - Preenchimento automático data de início da ação fiscal em caso de falhas na integração
Intimação – Autorregularização ITCMD
Irregularidades omissão de PGDAS no CMT não reflete espelhamento do GSN
IT_2023.003_v1.04 - Tabela de Combustíveis Sujeitos à Tributação Monofásica
Marcação dos indicadores 248 e 251
Melhorias nas parametrizações individualizadas para o contribuinte - Vincular fim de vigência do credenciamento ao tipo de cálculo do credenciamento
Melhorias nas parametrizações individualizadas para o contribuinte - ordenação de prioridade do credenciamento
Melhorias nas parametrizações individualizadas para o contribuinte - Parametrização mista e benefício concedido
MENU Fiscalização
Migração dos dados SIAT e Sistema Antigo (Débitos Fiscais)
Modernização do GAF
Na Solicitação de Parcelamento pela internet , quando não tiver CNPJ, consultar o B-cadastro para verificar se é sócio da empresa
Notificação Prévia para Autorregularização - Cruzamento de Dados - Escrita Fiscal Digital - EFD e Documentos Fiscais Eletrônicos - DFe (Operação de Saída)
Nova rotina job de Intimação à Inaptidão
NT 2023.001 Tributação Monofásica sobre Combustíveis v1.60
NT 2024.003 - Informações de Produtos da Agricultura, Pecuária e Produção Florestal
O menu Devedor Contumaz do sistema GMF deve ter o filtro CNPJ
O sistema GAF precisa ter o CNPJ definido como padrão (default)

Entregas de Evolução

Pauta de Julgamento Paineis de Dados e PUSH de Informações - Portal TATE

PERC ITCMD para débito não constituído, verificar PRT até 31/03/2026

Performance - Melhorar a Performance da Consulta Perfil do Contribuinte

Performance na integração com o GPF - Regularização de Débitos - ICMS DIFAL

Permitir a consulta à TAXA e CUSTAS para processo com defesa total, posterior à DA

Permitir Alterar processo código receita 058-2

Permitir e guardar a assinatura gov.br no Parcelamento e Regularização de Débito

Permitir pagamento via PIX

Permitir que o sócio de CNPJ não inscrito possa solicitar Regularização de Débito

Permitir resultado parcial, quando altera só a infração

Permitir tramitar protocolo de parcelamento para parcelamento com parcela inicial paga

Projeto CCC, BPe Transporte Aéreo e DIFAL

Projeto Reforma Tributária NF-e_NFC-e e BT de Distribuição para a SVRS

Publicar Relatório Trimestral de Andamento do Portal GNRE no módulo administrativo

Recálculo atual que não lança a redução de juros para Regularização de Débito em 1 cota

Reformulação em função dos indicadores do COOPERA

Registro automático do Crédito Especial do SN

Registros de passagem (captura, condensação e monitoramento)

Regra para data limite de retorno

Solicitação de Parcelamento trazer parcelamentos pendentes (pelo radical CNPJ)

Solicitação de Reavaliação, Isenção e Revisão de Ofício

Solicitação de Reavaliação, Isenção e Revisão de Ofício

Tratar CNPJ como pessoa jurídica

Diretriz Estratégica: Política Tributária

Entregas de Concepção

Implantar a nota fiscal de serviços de comunicação eletrônica(NFCON)

Entregas de Evolução

Adequar o sistema GCD para o novo CNPJ alfanumérico

Adequar o sistema GPF para o novo CNPJ alfanumérico

Adequar o sistema GRE para o novo CNPJ alfanumérico

Atualização do percentual de honorários recalcular valor dos encargos

Correção do tratamento da exclusão lógica de contribuintes no CCC

Disponibilizar termo de ocorrência na função de Processo de Origem Externa

Enviar ao GPF a data de ciência do GCD para as novas espécies ITCMD

Envio de cartas para a gráfica - (Origem): DDA-126

Implantação da Nota Técnica 2022.002 v.1.30

Implantar descredenciamento e credenciamento de contribuintes suspensos a pedido

Implementar a Consulta Infrações por Processo de defesa/Recurso na função Gerenciamento de processos de defesa/Recurso

Incluir espécie na Certidão Narrativa

Inclusão de Lupa em "PRManterEventoCNAE".

Lincar as funções de "emissão de DAE ICD" do GAE e do GCD a tela de emissão de DAE do GPF integrada no GCD

Marcação do novo Indicador Falta de Recolhimento de imposto constituído, declarado, de contribuinte localizado em outro Estado, devido a este Estado

Mudanças na Certidão Narrativa de Débitos Fiscais (DM-127)

Permitir emitir num mesmo pdf todos os DAEs de cada herdeiro do mesmo processo origem ICD

Retirar a crítica de dia de ciência ser no domingo na implantação/alteração de processos

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Entregas de Evolução

Adequar a nova matrícula do servidor PE

Ajustar a função "Incorporar Empresa Gerencial" para atender outras operações de sucessão

Ajustar processamento retorno Serasa, para processo com inclusão bloqueada face determinação judicial não ficar como erro no envio, mas cadastrado o bloqueio

Atribuir código de função próprio para a função de gerenciamento de máscaras na opção anual

Criação de API de download de NFe e NFCe para o novo portal de atendimento da SEFAZ

Criar tela para solicitar envio de processos para negativação (SERASA)

Criar uma coluna para identificar o que está disponibilizado de um recurso de ofício, do procurador e de um recurso voluntário, em resultado de julgamento

Desativar tabela de Fax e Excluir informação do perfil CACEPE

Inclusão de telefone via dados mínimos

Indicador de sistema e reativação mais de uma IE

Melhoria na liberação automática das notas retidas, no MODAL AEROVIÁRIO

NT 2025.002 v1.03 - Implementação BPe Transporte Aéreo

PRManterEmpresaSituacaoEspecial - CAMPO JUSTIFICATIVA.

Rastreamento de acesso e navegação em ambientes de TI da SEFAZ - PE

Reativação de inscrição com situação cadastral baixada x regime fiscal

Diretriz Estratégica: Relacionamento com a sociedade

Entregas de Evolução

Agrupamento de Serviços

Ajustar parâmetro do incentivo percentual no tributo e regra de alíquotas para atender ao PERC 2025

Alterar tela inicial do e-Fisco para o Domicílio Tributário Eletrônico quando houver mensagens não lidas na caixa do contribuinte.

Armazenar e exibir método de autenticação do usuário responsável pela emissão de NFA

Atualizar template da Petição

Aumentar o tamanho de campos na tela de consulta "Detalhamento de Programas de Incentivos"

CNPJ Alfanumérico

Contestação do ICMS antecipado e melhorias no DIFAL

Desenvolver o Sistema de Gestão de Incentivos Fiscais - Parte 3 (PROFISCO 2019)

Fase de implantação do monitoramento do SN documento recebido

Fechamento da função de alteração de processos do ICD pelo auditor, quando estiverem na situação em exigência ou em preenchimento no Protocolo digital

ICMS Mínimo e PROIND

Implementar PIX no Documento de Arrecadação – DAE10

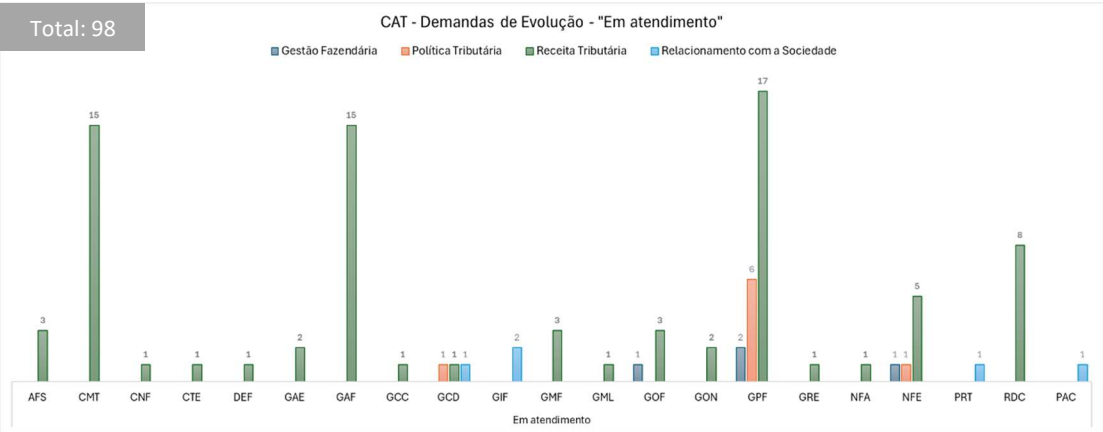
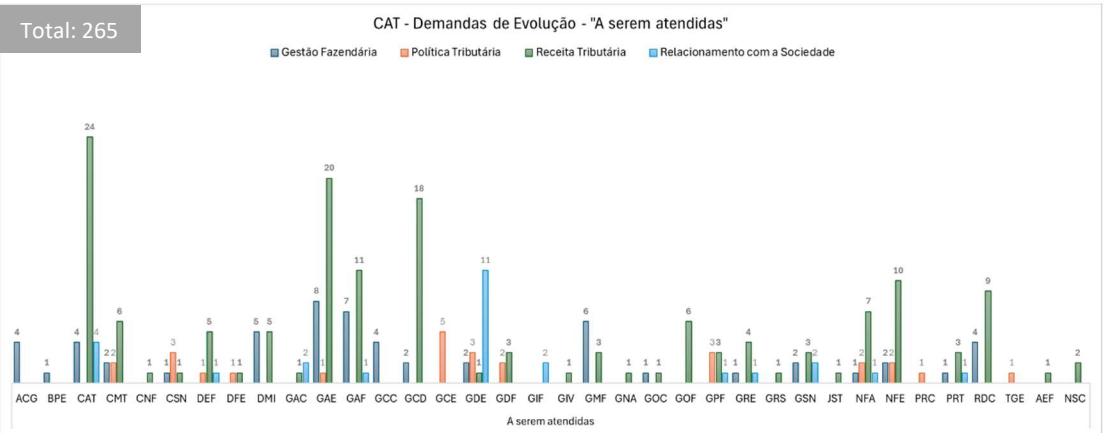
Integração com sistemas clientes externos e internos para Envios de Mensagens, Comunicados e Notificações de leitura

Migrar a emissão da NFA do queijo artesanal para o gov.br

Módulo de Gestão INOVAR - Sistema para concessão, gestão e monitoramento dos incentivos fiscais implantado

Tratamento Especial do Comércio Exterior

Demandas de Evolução:



Entregas – RPA:

Diretriz Estratégica: Receita Tributária
Entregas RPA - CAT
RPA - TRB - Cancelamento de Eventos no GAF
RPA - TRB - Denunciados
RPA - TRB - Ajuste para alimentar a tabela com a espécie do processo e o número da COFIMP
RPA - TRB - Atualização na forma de acesso dos RPAs que acessam a JUCEPE
RPA - TRB - Automatizar a coleta do quadro resumo de Débitos Fiscais

Entregas – BI:

Diretriz Estratégica: Receita Tributária

Entregas CAT - Concepção

Criação das views no bigdata - Dados do convênio 115

Incorporação da NCom à Plataforma de Big Data

Entregas CAT - Evolução

Big Data - Atualizar bases da NFE para a estrutura da NT da Reforma Tributária

Big Data - Atualizar bases da NFCE para a estrutura da NT da Reforma Tributária

Big Data - Atualizar bases da CTE para a estrutura da NT da Reforma Tributária

Diretriz Estratégica: Relacionamento com a sociedade

Entregas CAT - Concepção

Cruzamento consumidores Baixa Renda EE

Entregas CAT - Evolução

Atualização do painel "Pauta de bebidas" 2026

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Entregas CAT - Concepção

Priorização na contestação de extratos de fronteira

Entregas para Área Meio (SCI/GSF):

Entregas - RPA:

Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Entregas RPA - SCI

RPA - SCI - Concentrador WS

Entregas – BI:

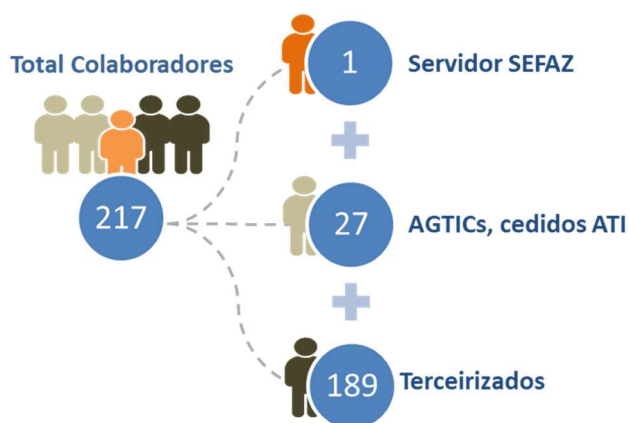
Diretriz Estratégica: Gestão Fazendária

Entregas SCI - Concepção

Implantação da arquitetura DataLake para o Big Data

9. Plano de Gestão de Pessoas

A Sefaz-PE atua em TI de forma centralizada através da Gerência Geral de Tecnologia da Informação (GGTI). As atividades de TI são realizadas com quadro de funcionários da Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), servidores SEFAZ e contratos de terceirizados, conforme Quadro 2 – Colaboradores.



Quadro 2 – Colaboradores

O Plano de Capacitação de TI constitui um instrumento norteador primordial, delineando as necessidades do pessoal de TI em consonância com as competências indispensáveis para o desempenho proficiente de suas atividades, com vistas ao alcance das metas delineadas no Plano Diretor de TI (PDTI). Este plano é dinâmico, permitindo adaptações a qualquer momento para assegurar o contínuo alinhamento estratégico.

Anualmente, os servidores são convocados a cumprir o PLANO_DE_METAS_ATI_GOTIC_QSTI_GOGP. Com base nas atividades e responsabilidades específicas de cada área, são identificados cursos e treinamentos voltados para o desenvolvimento de competências e para o aprimoramento da qualidade dos serviços prestados. Cada servidor deve

cumprir, de forma individual, uma carga horária mínima de 30 horas de capacitação ao longo do ano. Ressalta-se que a SEFAZ-PE não financia capacitações para profissionais terceirizados, cuja responsabilidade contratual é das empresas prestadoras de serviço.

As capacitações enumeradas no Quadro 3 são destinadas a servidores Sefaz, AGtics, cedidos ATI. Essas solicitações de capacitação devem ser previamente aprovadas pela Secretaria Executiva de Coordenação Institucional (SCI), conforme os critérios de priorização e a disponibilidade orçamentária da SEFAZ-PE.

Capacitações Planejadas
IA Generativa e LLMs Para Processamento de Linguagem Natural
Inteligência Aumentada com RAG, GraphRAG e Agentic RAG
Construção e Deploy de Agentes de IA
Administração de ambiente em nuvem
Administração de bancos de dados NoSQL
Escola de CIOs
Conferência Gartner Data & Analytics
Data World Xperience
SOAP Pensamento Criativo
Agile Trends Nordeste - Recife-PE
Simpósio Brasileiro de Qualidade de Software (SBQS)
SECOP 2026

Quadro 3 – Plano de Capacitação 2026

10. Dimensionamento de Pessoal de TIC

A Agência Estadual de Tecnologia da Informação (ATI), no exercício de suas competências legais estabelecidas pela Lei nº 12.985/2006 (SEIG), solicitou à Secretaria da Fazenda de Pernambuco (SEFAZ-PE) a realização do dimensionamento da força de trabalho em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Essa iniciativa visa garantir a efetividade da transformação digital no âmbito do Poder Executivo Estadual, promovendo maior eficiência, transparência e governança na gestão dos recursos humanos da área.

O projeto de dimensionamento, cuja primeira edição foi realizada entre 2017 e 2018 com base no Método de Dimensionamento de Quadro Pessoal (MQP/SISP), foi retomado em 2025 com a incorporação de práticas atualizadas, como o COBIT 2019, o Índice de Governança de TI do TCE-PE (iGovTI-TCE-PE 2023) e os princípios do SEIG.

Como resultado da solicitação da ATI, a SEFAZ elaborou o seguinte quadro de pessoal de TIC, refletindo a estrutura atual e as necessidades identificadas para o fortalecimento da atuação da área:



Quadro de Pessoal de TIC

Para calcular a necessidade de pessoal, é necessário dividir o total de horas estimadas para o atendimento dos objetivos de TIC pela quantidade de horas efetivas de trabalho no período de dimensionamento (parâmetro).

FORÇA DE TRABALHO DE TIC NECESSÁRIA			
HORAS ESTIMADAS (A)		HORAS EFETIVAS DE TRABALHO (B)	NECESSIDADE DE PESSOAL (A)/(B)
Objetivos de TIC	178909:20:00	2710:24:00	66,01
Governança de TIC	2636:00:00	2710:24:00	0,97
Gestão de TIC	176273:20:00		65,04
Operacional sensível	00:00:00		0,00
Operacional	00:00:00		0,00

FORÇA DE TRABALHO DE TIC ATUAL		GESTÃO	OPERAÇÃO
Servidor/Empregado cedido pela ATI	27	27	
Servidor/Empregado do próprio órgão	1		
Servidor cedido por outro órgão	0		
Comissionado	0		
Terceirizado	222	20	
Estagiário	0		
TOTAL	250	47	

11. Conclusão

A Gerência Geral de Tecnologia da Informação (GGTI) exerce papel estratégico no âmbito da SEFAZ, sendo responsável por planejar, coordenar e prover soluções de Tecnologia da Informação que sustentem e potencializem as atividades finalísticas do órgão. Nesse sentido, o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) consolida-se como instrumento fundamental de governança, ao estabelecer diretrizes, iniciativas e prioridades para o ciclo de 2026, em alinhamento aos objetivos estratégicos institucionais e às necessidades da sociedade.

O PDTI reflete o compromisso da GGTI com o planejamento estruturado e com a boa gestão dos recursos públicos, ao orientar a tomada de decisão, reduzir riscos, evitar sobreposições de esforços e promover maior previsibilidade e transparência na execução das ações de TI. Trata-se de um instrumento dinâmico, que deverá ser continuamente monitorado e, quando necessário, revisado ao longo de sua vigência, de forma a manter sua aderência às mudanças no ambiente organizacional, tecnológico e normativo. As eventuais atualizações deverão ser submetidas à apreciação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação, observando-se as boas práticas de governança.

Este PDTI tem como objetivo promover o uso racional e eficiente dos recursos disponíveis, buscando ampliar a eficácia, a eficiência e a efetividade dos investimentos em Tecnologia da Informação, em consonância com os princípios da administração pública. Para o alcance dos resultados esperados, a GGTI reconhece como essencial o apoio da alta administração, bem como o acompanhamento sistemático da execução das ações planejadas, assegurando o alinhamento estratégico, a gestão adequada de riscos e a geração de valor público por meio da TI.